

A educação sexual nos documentos das políticas de educação e suas ressignificações

Sex education in the education policy documents and their significance

La educación sexual en los documentos de las políticas de educación y sus resignificaciones

Luciana Uchôa Barbosa^{1*}, Cátia Silene Carrazoni Lopes Viçosa², Vanderlei Folmer².

RESUMO

Objetivo: Analisar os documentos legais que fomentaram e promoveram a inclusão das discussões e orientações sobre sexualidade e educação sexual no Brasil. **Métodos:** Trata-se de estudo qualitativo, análise documental e pesquisa bibliográfica. **Resultados:** os Parâmetros Curriculares Nacionais elaborados em 1997 trouxeram a orientação sexual como uma proposta de conhecimento e valorização dos direitos sexuais, reprodutivos, prevenção do abuso sexual e da gravidez indesejada. Em 2001 o Plano Nacional de Educação apresentou em seus objetivos e metas para os cursos de formação docente questões de sexualidade. Na versão 2014 – 2024 do PNE foi retirado do seu conteúdo o dispositivo que previa a orientação sexual nos contextos escolares. Em 2017 foi apresentada a Base Nacional Comum Curricular no qual o tema sexualidade no contexto escolar foi reduzido a reprodução e doenças sexualmente transmissíveis contemplada apenas na disciplina de Ciências no oitavo ano. **Considerações finais:** Observou-se que nos últimos documentos houve um mecanismo de interdição e silenciamento para controlar e regular a temática sexualidade na escola, refutando o direito à informação. Constatou-se a necessidade e urgência em progredir nas discussões dos avanços e retrocessos que permeiam a temática sexualidade e educação sexual nos documentos oficiais e modificarmos o atual cenário das propostas curriculares no Brasil.

Palavras-Chave: Educação sexual, Sexualidade, Ensino.

ABSTRACT

Objective: To analyze the legal documents that fostered and promoted the inclusion of discussions and guidelines on sexuality and sexual education in Brazil. **Methods:** This is a qualitative study, documentary analysis and bibliographic research. **Results:** The National Curriculum Guidelines drawn up in 1997 brought sexual orientation as a proposal for knowledge and valorization of sexual and reproductive rights, prevention of sexual abuse and unwanted pregnancy. In 2001, the National Education Plan (PNE) introduced issues of sexuality in its objectives and goals for teacher training courses. In the 2014-2024 version of PNE, the device that envisaged sexual orientation in school contexts was removed from its content. In 2017, the National Common Curricular Base was introduced, where the issue of sexuality in the school context was limited to reproduction and sexually transmitted diseases, contemplated only in the subject of Sciences in the eighth year. **Final considerations:** We observed that there was a mechanism of prohibition and silencing to control and regulate the issue of sexuality in the school in the most recent documents, rebutting the right to information. We noted the urgent need to go ahead in the discussions of the advances and retreats permeating the issue of sexuality and sexual education in the official documents and to change the current scenario of the curricular proposals in Brazil.

Key words: Sex education, Sexuality, Teaching.

¹Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Porto Alegre (RS). *E-mail: luciana.uchoa@belojardim.ifpe.edu.br

²Universidade Federal do Pampa (UNIPAMPA). Uruguaiana (RS).

RESUMEN

Objetivo: Analizar los documentos legales que impulsaron y promovieron la inclusión de las discusiones y orientaciones sobre sexualidad y educación sexual en Brasil. **Métodos:** Se trata de estudio cualitativo, análisis documental e investigación bibliográfica. **Resultados:** Las Directrices Curriculares Nacionales preparadas en 1997 trajeron la orientación sexual como una propuesta de conocimiento y valorización de los derechos sexuales y reproductivos, prevención del abuso sexual y embarazo no deseado. En 2001, el Plan Nacional de Educación (PNE) presentó cuestiones de sexualidad en sus objetivos y metas para los cursos de formación de profesores. En la versión 2014-2024 del PNE, se eliminó de su contenido el dispositivo que preveía la orientación sexual en los contextos escolares. En 2017, se presentó la Base Nacional Común Curricular en la que el tema sexualidad en el contexto escolar fue reducido a la reproducción y enfermedades sexualmente transmisibles, contemplada solamente en la asignatura de Ciencias en el octavo año. **Consideraciones finales:** Se observó que en los últimos documentos hubo un mecanismo de prohibición y silenciación para controlar y regular la temática sexualidad en la escuela, rechazando el derecho a la información. Se constató la necesidad y urgencia en progresar en las discusiones de los avances y retrocesos que impregnan la temática sexualidad y educación sexual en los documentos oficiales y cambiar el actual escenario de las propuestas curriculares en Brasil.

Palabras clave: Educación sexual, Sexualidad, Enseñanza.

INTRODUÇÃO

De acordo com Zompero AF et al. (2018), a educação para sexualidade é fundamental na formação do estudante, tanto no aspecto pessoal como social, e a escola deve contribuir para esta formação. Logo, compreende-se que os conceitos relacionados a orientação sexual devem ir além da reprodução humana e perpassar por conhecimentos que possibilitem aos educandos desenvolver habilidades e valores éticos para fazer escolhas saudáveis e respeitáveis sobre os relacionamentos, o sexo e a reprodução. A relevância desta abordagem na escola, conforme Borges AV et al. (2016) deve-se ao início da vida sexual cada vez mais precoce em adolescentes. Dados sobre o início da vida sexual dos adolescentes são apresentados por Malta DC (2011), pautados na Pesquisa Nacional de Saúde do Adolescente, no período de 2009 à 2012, no qual observaram, respectivamente, que 20,5% e 28,7% dos estudantes do 9º com idade entre 13 e 15 anos já tinham iniciado a vida sexual.

Assim, Moreira BRL e Folmer V (2015) enfatizam que a educação sexual é necessária na escola, porém, reconhecem que trabalhar com a educação sexual não tem sido tarefa fácil para os educadores. As dificuldades perpassam desde a falta de preparo pelos profissionais da educação, e o tema ser considerado tabu. Gava T e Villela W (2016), entendem que esses desafios atualmente ressurgem sob outro viés, no qual a legitimidade deste trabalho no ambiente escolar é colocada em xeque, tendo como pano de fundo o embate político e ideológico sob outro aspecto, em que reforça o papel do Estado na construção dos valores sociais e questiona a sua pertinência dentro do espaço escolar e na construção de valores juntos aos educandos.

Outro motivo que impossibilita a inserção da educação sexual na escola para Freitas M et al. (2017), é a falta de legislação que torne o tema obrigatório, no contexto escolar. Diferente do que ocorre no Brasil, na Europa a educação sexual nos currículos das escolas já existe a mais de meio século (EUROPEAN EXPERT GROUP ON SEXUALITY EDUCATION, 2015). Conforme Helmer J et al. (2015), países como a Finlândia e a Holanda são conhecidos por seus programas de educação em sexualidade no currículo escolar, apresentando baixas taxas de ISTs e gravidez na adolescência. Na América do Sul, a Argentina e Uruguai são exemplos de investimento nesta questão através de apontamentos em seus documentos oficiais, sobre a orientação sexual, prevenção da violência de gênero, igualdade de tratamento e à não discriminação por qualquer condição ou circunstância sexual, pessoal ou social (LÓPEZ CR, 2015; BENEDET L e GÓMEZ LA, 2015).

Considerando que esse tema é de suma importância para a formação dos estudantes e também para a prática docente, este estudo é um recorte de uma pesquisa mais ampla de doutorado e teve como objetivo

analisar os documentos legais que fomentaram e promoveram a inclusão das discussões e orientações sobre sexualidade e educação sexual no Brasil, as prerrogativas legais que os legitimam e como esses documentos foram sendo gestados, e assim buscarmos respostas para nossas inquietações.

MÉTODOS

Trata-se de um estudo qualitativo, caracterizado como análise documental com perfil de pesquisa bibliográfica. Este procedimento na perspectiva de Severino AJ (2007), consiste na leitura do documento embasada em referenciais teóricos por meio de distintas operações que visam estudar documentos no intuito de compreender diferentes circunstâncias.

A análise documental, amparada em Bardin L (2011), teve por objetivo investigar quais os direcionamentos apontados para a inclusão da Educação sexual no contexto da escolar nos seguintes documentos oficiais, conforme **Quadro 1**.

Quadro 1 - Documentos Oficiais.

| Documentos | Ano |
|--|------------------|
| Parâmetros Curriculares Nacionais Ciências da Natureza, 1º e 2º ciclos | 1997 |
| Parâmetros Curriculares Nacionais Temas Transversais Orientação Sexual | 1998 e 2001 |
| Plano Nacional de Educação – PNE | 2001-2010 |
| Plano Nacional de Educação – PNE | 2014-2024 |
| Base Nacional Comum Curricular - BNCC | 2015;2016 e 2017 |

Fonte: Elaborado pelos autores, 2019.

REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

Textos e contextos das relações de sexualidade com os documentos das políticas de educação

Embora não exista no Brasil nenhuma legislação que regulamenta a educação sexual nas escolas, cabe destacar alguns documentos que orientam a sua inserção e prática, os avanços e limitações no decorrer das construções e reformulações dos documentos norteadores. Elencamos os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN), os Planos Nacionais de Educação (PNE) e a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), no qual faremos um recorte de cada documento supracitado revelando o tratamento dado à questão da sexualidade e da educação sexual na escolar.

Desde a segunda metade dos anos 90, os temas relacionados à sexualidade passaram a fazer parte das discussões e preocupação do Ministério da Educação. Então, em 1997 foi elaborado os Parâmetros Curriculares Nacionais sendo referência nacional para construção dos currículos escolares considerando a educação como uma prática para formação do cidadão. Com a intenção de possibilitar um currículo flexível, aberto e que estimulasse um aprendizado das questões da vida real para transformá-la, os PCN trouxeram a orientação sexual como um tema transversal presente no ensino. (BRASIL, 1997).

O objetivo do documento era promover reflexões e discussões de técnicos, professores, equipes pedagógicas, pais e responsáveis, com a finalidade de sistematizar a ação pedagógica da escola no trato de questões da sexualidade (BRASIL,1998). Conforme Almeida SA et al. (2011), essa inserção nos PCN teve por objetivo descentralizar o tema, polarizando o mesmo em diferentes campos disciplinares o que favoreceria abordagens pluralistas, interdisciplinares e privilegiando questões relativas à saúde, sexualidade, gênero e afetividade dos educandos.

Conforme descrito nos PCN “a orientação sexual” no contexto escolar contribui para o conhecimento e valorização dos direitos sexuais e reprodutivos, prevenção do abuso sexual e da gravidez indesejada”

Entretanto, o que nos chama a atenção é por que no atual PNE 2014- 2024 as questões de gênero e sexualidade sequer foram citadas? O referido documento limitou-se a um objetivo superficial de superação das desigualdades educacionais, com ênfase na promoção da cidadania e na erradicação de todas as formas de discriminação (BRASIL, 2014). Pino AMO (2017) destaca que a lei nº 13.005/14 que aprovou o PNE suprimiu qualquer menção a termos como gênero, orientação sexual e diversidade sexual deixando a mercê essas questões dentro da educação.

Para a Pino AMO (2017) em uma perspectiva transformadora:

[...] a educação é capaz de fornecer elementos para que possamos compreender as determinações do processo histórico da sociabilidade em que vivemos de forma a fortalecer a defesa da necessidade de superação dessa forma patriarcal-capitalista de organização da sociedade. Em outras palavras, a educação emancipatória, portanto, vinculada às lutas sociais, pode contribuir na formação de consciências críticas (PINO AMO, 2017. p. 22).

Para Groff AR et al (2015), a retirada destes conteúdos, configurou-se como um retrocesso no setor educacional. Evidenciando, segundo as autoras a força de um movimento fundamentalista no Brasil representado por deputados da chamada “bancada evangélica” e por deputados católicos conservadores que negam as múltiplas possibilidades de expressão da sexualidade e a perspectiva de uma educação inclusiva pautada nos direitos humanos.

As situações citadas nas estratégias da Meta 03 são representadas abaixo, conforme **nuvem de palavras 2**, porém no demais corpo do documento não é proposto de que maneira essas estratégias poderão ser cumpridas e/ou estabelecidas.

Nuvem de palavras 2 - Meta 03- Estratégia PNE 2014-2024.



Fonte: Elaborado pelos autores a partir de leitura do PNE (BRASIL, 2014).

Para a Base Nacional Comum Curricular, apresentaremos uma linha do tempo da sua construção, destacando como o tema sexualidade e a educação sexual para o ensino no Brasil foram inseridos. A primeira versão da BNCC foi disponibilizada à consulta pública em setembro de 2015. Nesta versão os temas que perpassam pela sexualidade estiveram previstos em dois momentos do componente curricular de ciências, especificamente na unidade de conhecimento Vida: constituição e Reprodução, proposto para o nono ano do ensino fundamental com os componentes e o funcionamento do aparelho genital masculino e feminino e a proposta de compreender as mudanças físicas, fisiológicas e comportamentais ocorridas no processo de puberdade (BRASIL, 2015, p,182).

proposta, Cardoso FA et al.(2016) destacam que ao abordar a orientação sexual apenas com o foco preventivo de doenças, a educação sexual não serve a seu papel maior. Porém, Modesto MA (2018) entende que independente do que prega a BNCC é imprescindível que os documentos escolares contemplem essas questões, devido a sua relevância e urgência no contexto escolar.

Embora seja antiga a discussão relacionada a inserção da educação sexual no contexto escolar, segundo estudo realizado por Vianna C (2012), pesquisas científicas acerca da temática sexualidade nos documentos das políticas públicas de educação ainda não é tão expressiva, ficando as discussões e avanços prejudicados. Desta maneira, entendemos que é preciso reconhecer as produções de conhecimentos existentes, fortalecendo a concepção da necessidade de incluir o referido tema nos currículos das escolas.

Diante do exposto, destaca-se que ao longo da história da educação sexual, no século XX, ocorreram consideráveis conquistas e notáveis recuos, preservando-se o entendimento das tensões e conflitos que marcam a tomada de posição pública frente aos desafios de se estruturar e sedimentar políticas de educação sexual neste país. Sendo assim, podemos observar que, entre um documento e outro, a sexualidade perdeu seu caráter educativo, no sentido mais amplo, ficando restrita aos aspectos biológicos, através das aulas de ciências, deixando de ser interdisciplinar para ser disciplinar.

Para avançarmos se faz necessário e urgente rever os referidos documentos que apontam a exclusão das questões da sexualidade. Pois, refutar as discussões sobre sexualidade nas escolas, segundo Hernandes MS (2016) contribuirá para o fortalecimento dos “padrões” heteronormativos, na qual hoje não corresponde mais a sociedade contemporânea.

Educação sexual, escola e o ensino de ciências

O ambiente escolar, segundo Soares RC e Rocha JC (2018) tem se apresentado como um espaço de convivência que promove interações sociais que contribuem com a formação cidadã, sendo propício para o desenvolvimento de estratégias e ações que envolvam a realidade e contexto do educando. Essas indicativas discutidas pelos autores supracitados estão presentes nos PCN (BRASIL, 2001):

“Questionar a realidade formulando-se problemas e tratando de resolvê-los, utilizando o pensamento lógico, a criatividade, a intuição, a capacidade de análise crítica, selecionando procedimentos e verificando sua adequação” (BRASIL, 2001, p.08).

Para Moura AM et al. (2011) a proposta dos PCN é que o trabalho com foco na sexualidade deve considerar as emoções e noções sobre sexualidade do senso comum dos educandos e possibilitar reflexões e debates que assegurem a construção da autonomia dos sujeitos, a capacidade de discernimento e escolha quanto ao exercício de sua própria sexualidade. Logo, é importante que a escola garanta conhecimento científico de forma interdisciplinar aos alunos a fim de que possam lidar com a sua sexualidade de maneira segura, saudável, sem preconceito e tabu, conforme apontado pelo PCN.

No entanto, sabe-se que a interdisciplinaridade não é uma tarefa fácil. Pesquisa realizada por Shaw GSL et al. (2017) sobre interdisciplinaridade no ensino, apontaram que as dificuldades em trabalhar a interdisciplinaridade no contexto escolar são as condições de trabalho e a formação docente. O que demonstra uma formação docente inicial e continuada ainda frágil. Viçosa CSCL et al. (2018) apontam a necessidade de adoção de um novo olhar sobre a formação continuada de professores, a qual deve considerar em seus enfoques, independente da área de formação, temas pertinentes a construção de conhecimento de maneira integral, utilizando a interdisciplinaridade como forma de desenvolver propostas que contemplem o ambiente como um todo.

Assim, cabe ressaltar que para um ensino de ciências interdisciplinar não podemos permanecer com uma educação sexual restrita apenas às questões biológicas, mas uma educação sexual que possa além das temáticas preventivas como saúde sexual e reprodutiva, promover discussões que incluam os relacionamentos sociais, a cidadania e os direitos humanos, incluindo o respeito à diversidade sexual.

A formação docente em educação sexual na Base Nacional Comum Curricular

Conforme Franco N et al. (2018) o tema sexualidade ainda é considerado como tabu nas escolas, tornando -se um desafio para os docentes. Ao considerar este desafio, Moreira BLR e Folmer V (2015) ressaltam que para uma abordagem de temas como sexualidade e educação sexual no contexto escolar, o docente precisa ter conhecimento. Pois, pesquisas realizadas por Paes DC et al. (2015) e Oliveira LTS et al. (2017) apontaram que um dos fatores que dificultam a educação sexual na escolar é a falta de conhecimento e formação para falar sobre a temática.

Está em construção pelo MEC uma proposta para a Base Nacional Comum da Formação de Professores da Educação Básica. A proposta prevê a formação inicial que orientará os currículos das instituições formadoras e redefinirá a formação continuada, tendo como eixo norteador para fundamentar e formular o documento, a BNCC (BRASIL, 2018). Essa proposta é criticada por alguns autores, como Carvalho e Martins (2018) que sinalizam que neste documento, além de não haver ações e diretrizes para formação efetiva de professores, bem como a valorização da carreira, falta um amplo debate com a sociedade e as entidades científicas. Corroborando com o exposto Cury CRJ et al. (2018), ressaltam ser desesperador a necessidade de um currículo básico para os professores saberem o que é esperado que os alunos aprendam em cada ciclo.

A Proposta para a Base Nacional Comum da Formação de Professores da Educação Básica apresenta como um dos seus focos o domínio dos conhecimentos previstos na BNCC e o domínio do conteúdo a ser ensinado (BRASIL,2018). Logo, inferimos que a formação de professores para educação sexual, embora não esteja explícito na versão preliminar da proposta do MEC, estará alinhada com os objetos de conhecimento Mecanismo reprodutivo e Sexualidade preconizado pela BNCC o oitavo ano na disciplina de ciências. Indicando uma proposta de formação docente limitada e que não leva em consideração o contexto cultural e o cotidiano dos estudantes.

Cabe ressaltar que não podemos fazer do chão da escola um terreno fértil para a reprodução de conceitos e práticas que negligenciam o tema sexualidade, assim como informações deturpadas e/ou superficiais, pois essas atitudes poderão trazer consequências negativas para os estudantes. Sobre essa inferência, maio ER et al. (2018) destacam que a educação sexual deve ser abordada, de maneira que os estudantes possam ter uma visão holística da sexualidade e adotem comportamentos seguros e, sobretudo responsáveis.

Perspectivas para o avanço da educação sexual na escola

Tendo em vista o poder de transformação que a escola e seus respectivos professores têm, para que crianças e adolescentes, possam construir novas práticas e atitudes direcionadas ao respeito às diferenças e a formação de uma sociedade mais crítica e reflexiva ((ALVES AN, 2018). É essencial sensibilizar o poder público e a sociedade para os benefícios da educação sexual na vida das crianças, adolescentes e jovens nos aspectos biopsicossociais. Logo, é imprescindível que mais pesquisas sejam realizadas, pois a pesquisa educacional pode dar expressivas contribuições para melhor conhecer uma realidade envolta e também para identificar e avaliar boas políticas e práticas (MONTEIRO SA e RIBEIRO P, 2019).

Autores, como Nicolino AS e Paraíso MA (2018), fazem referência a importância de aliar educação e saúde no intuito de promover o tema sexualidade com ênfase na responsabilidade individual, quanto para a epidemiologia do risco, mobilizados pelo advento de infecções transmissíveis. Pesquisa realizada por Santos MKLF et al. (2018) com o objetivo de realizar estratégias de educação sexual a partir da percepção de estudantes de uma escola pública, evidenciou-se a importância da intervenção dos profissionais da saúde, articuladas com a escola e principalmente com a família proporcionando conversas, palestras e reflexões contemplando os temas Sexualidade e Saúde Reprodutiva (SANTOS MKLF et al.,2018).

Quanto as práticas de ensino é preciso ressignificar alguns modelos. Sarmiento SS et al. (2018), inferem que durante o ensino da educação sexual o docente deve trabalhar com a prática do diálogo, sem julgamentos para que os alunos sintam-se acolhidos em uma relação de respeito e confiança. No entanto, é necessário que os docentes estejam preparados e seguros para essa abordagem. Para Zerbinati JP e Bruns MAT (2017)

uma formação continuada para docentes em educação sexual possibilitará um ensino dos temas de sexualidade com um viés multidisciplinar e que atenda às necessidades da realidade dos estudantes, além de garantir acesso a um conhecimento seguro.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Revisitar os documentos legais que amparam as políticas públicas de educação permitiu observar que a através dos últimos documentos o governo tem utilizado do mecanismo de interdição e silenciamento para controlar e regular o que, como e quando falar sobre sexualidade nas escolas, refutando o direito à informação. Entendemos que desconstruir as práticas pedagógicas executadas há anos e inserir uma nova prática não é algo simples. Mas, precisamos buscar soluções para as demandas das questões contemporâneas e, sobretudo do cotidiano dos estudantes. É necessário sair da zona de conforto e agir com urgência para modificarmos o atual cenário das propostas curriculares no Brasil. Considerando a relevância do tema faz-se mister progredir nas discussões acerca dos avanços e retrocessos que permeiam a temática sexualidade e educação sexual nos documentos oficiais, para que possamos caminhar rumo a uma educação que possa formar cidadãos responsáveis, livres de preconceitos e tabus e que saibam, sobretudo, respeitar as diferenças.

REFERÊNCIAS

1. ALMEIDA SA, et al. Orientação sexual nas escolas: fato ou anseio? *Revista Gaúcha de Enfermagem*, 2011;32(1):107-113.
2. ALVES AN. Práticas discursivas sobre a sexualidade na escola: identidade em (des) construção. *Linguagem & Ensino*, 2018; 21, 349-366.4. BARDIN L.
3. Análise de conteúdo. 3 ed. Lisboa: Edições 70. 2011.
4. BENEDET L, GÓMEZ LA. La educación sexual en Uruguay: enfoques en disputa en la genealogía de la política pública. *Revista Temas De Educación*, 2015; 21(1):11-30.
5. BORGES AV, et al. ERICA: início da vida sexual e contracepção em adolescentes brasileiros. *Revista de Saúde Pública*, 2016; 50(15):1-11.
6. BRASIL. 2015. Nota Técnica n. 24/2015. Brasília: Ministério da Educação.
7. BRASIL. 2016. Base Nacional Comum Curricular (BNCC). Segunda versão revista. Brasília, MEC/CONSED/UNDIME, 2016.
8. BRASIL.2001. Parâmetros curriculares nacionais: pluralidade cultural: orientação sexual. 3ª ed. Brasília: Ministério da Educação.
9. BRASIL. 1998. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Fundamental. Parâmetros curriculares nacionais: orientação sexual. Brasília: MEC /SEF.
10. BRASIL. Plano Nacional de Educação - PNE. Plano Nacional de Educação 2014-2024 [recurso eletrônico]: Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014, que aprova o Plano Nacional de Educação (PNE) e dá outras providências. – Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2014. 86 p. – (Série legislação; n. 125)
11. BRASIL. 2017. Ministério da Educação. Base Nacional Comum Curricular. Terceira versão revista, Brasília.
12. CARDOSO FA, et al. Uma análise dos PCN Orientação Sexual dezoito anos depois. *Cadernos de Pesquisa: pensamentos educacionais*, 2016; 11(28):211-225.
13. CARVALHO, LS; MARTINS, AFP. Formação de professores de ciências a partir da perspectiva do desenvolvimento profissional. *Revista Pesquisa e Debate em Educação*, 2018; 08 (02): 216-242.
14. CAMPOS LML. Gênero e diversidade sexual na escola: a urgência da reconstrução de sentidos e de práticas. *Ciência & Educação (Bauru)*, 2015; 21(4): I – IV.
15. CURY, CRJ, et al. Base Nacional Comum Curricular: dilemas e perspectivas. São Paulo: Cortez, 2018.144p.
16. European Expert Group on Sexuality Education. Sexuality education – what is it?. *Sex Education*, 2016; 16(4): 427-431.
17. FREITAS M, et al. Curso de formação de professores (as) por meio do programa educação sexual em debate na Rádio UDESC FM 100.1 Florianópolis: algumas reflexões sobre os caminhos percorridos. *Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação*, 2017; 12(2): 1130-1141.
18. GAVA T, VILLELA W. Educação em Sexualidade: desafios políticos e práticos para a escolar. *Sexualidad, Salud y Sociedad - Revista Latinoamericana*, 2016; 24: 157-171.

19. GROFF AR et al. A educação sexual e a formação de professores/as um convite ao dissenso. *Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação*, 2015; 10: 1431-1444.
20. HELMER J, et al. Sexual Health for Young People: Making Sexuality Education a Priority. *Sex Education: Sexuality, Society and Learning*, 2015; 15(2):158-171.
21. HERNANDES MS. O silenciamento da discussão de gênero e sexualidade nas escolas: a inconstitucionalidade da omissão. Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização em Gênero e Diversidade na Escola) - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2016; 61p.
22. LÓPEZ CR. Evolución y desarrollo actual de los Temas Transversales: posibilidades y limites. *Foro de Educación*, 2015; 13(18): 143-160.
23. MAIO ER, et al. Formação em gênero e educação para a sexualidade: considerações acerca do papel da escola. *Revista Nupem*, 2018; 10(20): 51-62.
24. MALTA DC, et al. Saúde sexual dos adolescentes segundo a Pesquisa Nacional de Saúde dos Escolares. *Revista Brasileira Epidemiol*, 2011; 14(1): 147-156.
25. MONTEIRO SA, RIBEIRO P. Linguagem, comunicação e educação sexual integradas aos direitos humanos e à cidadania na escola. *Revista de Educação do Vale do São Francisco*, 2019; 8(17):1-20.
26. MODESTO MA. BNCC, transversalidade, meio ambiente e ensino de história: elementos para um diálogo entre história e a pedagogia. *Boletim Historiar*, 2018; 05(3): 14-28.
27. MOURA AM, et al. Possíveis contribuições da psicologia para a educação sexual em contexto escolar. *Revista Psicologia Argumento*, 2011; 29(67): 437-446.
28. MOREIRA BLR, FOLMER V. Percepções de professores de ciências e educação física acerca da educação sexual na escola. *Experiências em Ensino de Ciências*, 2015; 10(3):18-30.
29. NICOLINO AS, PARAÍSO MA. Escolarização da sexualidade: o silêncio como prática pedagógica da Educação Física. *Revista Movimento*, 2018; 24(1):93-106.
30. PINO AMO. Diversidade sexual e educação: uma relação de desafios e possibilidades. Natal: IFRN, 2017. 192.
31. SANTOS MKLF, et al. Estratégias de educação sexual a partir da percepção de estudantes de uma escola pública. *Arq Med Hosp Fac Cienc Med Santa Casa São Paulo*. 2018; 63(2):90-5.
32. SARMENTO SS, et al. Estratégias metodológicas nas abordagens sobre IST no ensino fundamental. *REVASF*, 2018; 8(7):83-99.
33. SEVERINO AJ. *Metodologia do Trabalho Científico*. 23ª ed. São Paulo: Cortez, 2007.
34. SOARES RC, ROCHA JC. Escola e comunidade: saberes e práticas na construção da cidadania. *Revista Educação e Ciências Sociais*, 2018; 1(1):08-19.
35. SHAW GSL, et al. Uma revisão sobre a interdisciplinaridade no ensino e a formação de professores. *Revista Ciências & Ideias*, 2017; 8(1):202-230.
36. VIANNA C. Gênero, sexualidade e políticas públicas de educação: um diálogo com a produção acadêmica. *Proposições*, 2012; 23(2):127-143.
37. VIÇOSA CSCL et al. Desafio da formação continuada em abordagens acerca do meio ambiente em uma perspectiva interdisciplinar. *Revista Interdisciplinaridade*, 2018; 12:83-101.
38. ZERBINATI JP, BRUNS MAT. Sexualidade e educação: revisão sistemática da literatura científica nacional. *Travessias*, 2017; 11(1):76-92.
39. ZOMPERO AF, et al. A temática sexualidade nas propostas Curriculares no Brasil. *Revista Ciências & Ideias*, 2018; 9(1):101-114.